

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.986 - SP (2019/0201561-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : RENATA MANTOAN SYLLOS
AGRAVANTE : OSVALDO PEREIRA DE SOUZA
AGRAVANTE : YARA APARECIDA DE SOUZA
AGRAVANTE : ROSICLEIDE BAPTISTA FERREIRA
AGRAVANTE : MANOEL ALVES DE BARROS
AGRAVANTE : ELIETE DO NASCIMENTO CRUZ SILVA
AGRAVANTE : NEUSA MARIA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOSE NUNES DE ABREU
AGRAVANTE : MARIA DOMINGAS SILVA CHAVES
AGRAVANTE : RUTH MESSIAS DOS SANTOS
AGRAVANTE : VERA LIBIA ALVARO CABRAL
AGRAVANTE : DALVA MACHADO DE MAGALHAES ALVES
AGRAVANTE : ANA LUCIA IGNACIO
AGRAVANTE : ARY BADDINI TAVARES
AGRAVANTE : CLEUSA DE ALMEIDA
AGRAVANTE : TEREZINHA MARIA TENCA
AGRAVANTE : HIEDE FERREIRA RODRIGUES
AGRAVANTE : MARIA TEREZA DUZZI AUGUSTO
AGRAVANTE : MARIA EUNICE ROHDE ABATE
AGRAVANTE : CRISTOVAO XAVIER DE ALMEIDA
AGRAVANTE : ROBERTO DE LIMA MACEDO
AGRAVANTE : MANOEL MARTINS DOS SANTOS
AGRAVANTE : PEDRO MORETI
AGRAVANTE : VILMA PORTELLA
AGRAVANTE : PEROLINA BISPO
AGRAVANTE : WILSON FRANCILINODE SILVA
AGRAVANTE : APARECIDA SERAIN DE QUEIROZ
AGRAVANTE : JOSE CARLOS DA CRUZ
AGRAVANTE : NAIR NICACIO GOMES
AGRAVANTE : EDNA RODRIGUES DOS SANTOS
AGRAVANTE : TEREZA CRISTINA DE JESUS GOES
AGRAVANTE : Nanci ROMANO GOMES
AGRAVANTE : EDME DA SILVA PEREIRA
AGRAVANTE : JOSE IGNACIO SOBRINHO
AGRAVANTE : FRANCISCO JOSE SMECELATO
AGRAVANTE : MARIA CELIA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MAGALY FRANCO CORTEZAN
AGRAVANTE : ANTONIO AUGUSTO
AGRAVANTE : KATIA CALIOLO IERARDI
AGRAVANTE : MARIO LUCIO DA SILVA
AGRAVANTE : DEUSDEDIT DE SOUZA
AGRAVANTE : IRACELI DE OLIVEIRA FERRAZ PENTEADO
AGRAVANTE : ELIZEU RAMOS DOS SANTOS

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVANTE : NILDA SANTINA DA SILVA RIOS
AGRAVANTE : MARIA ANGELA OLIVEIRA SMECELATO
AGRAVANTE : SEIL ANTONIO BOARO
AGRAVANTE : ANA MARIA LEAL GENNARI
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO SANTIAGO
AGRAVANTE : FELICIA RIBEIRO GAMA
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS MOREIRA DA CRUZ
ADVOGADO : SEVERINO ALVES FERREIRA - SP112813
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : TIAGO LOUREIRO ANDRADE - SP352431

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de Renata Mantoan Syllos e outros contra decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 383-384) interposto, com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF/1988, em oposição a acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 279):

EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - Inaplicabilidade do aludido diploma de 2009 no tocante à correção monetária, vez que o artigo 5º foi declarado parcialmente inconstitucional pelo STF - A modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4425 e 4357, teve alcance limitado, referindo-se tão somente à atualização de valores dos precatórios já expedidos - Honorários advocatícios majorados - Recurso de apelação da Prefeitura Municipal improvido. Apelo dos embargados parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 365-369).

Alegam os recorrentes ofensa ao art. 20, § 3º, do CPC/1973. Sustentam, em síntese, que é irrisório o valor dos honorários advocatícios.

Aduzem divergência jurisprudencial com julgados desta Corte Superior.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ, fls. 372-377.

É o relatório.

Ultrapassados os requisitos de conhecimento do presente agravo, passo a examinar o apelo especial.

A orientação da jurisprudência desta Corte Superior é que, para o arbitramento dos honorários advocatícios, o julgador, na apreciação subjetiva, pode utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, ou mesmo de um valor fixo, não se restringindo aos percentuais previstos nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/1973.

Ademais, o arbitramento da verba honorária pelo critério da equidade na instância ordinária é matéria de ordem fática, insuscetível de reexame na via especial nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de

prova não enseja recurso especial."

Excepcionalmente, entretanto, entende-se cabível a readequação dos honorários se o valor fixado foi claramente irrisório ou exorbitante (v.g. REsp 1.387.248/SC, Corte Especial, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJE 19/5/2014 – repetitivo).

Tal possibilidade demanda que o acórdão recorrido traga exame de elementos suficientes que possibilitem a aferição da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação dos honorários, o que não é o caso dos autos, no qual a Corte de origem majorou a verba honorária fixada na sentença sem adentrar em detalhes significativos que pudessem justificar a pretendida revisão.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DIREITO À NOMEAÇÃO CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS. PRETERIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO DO VALOR ESTIPULADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

4. A revisão dos honorários advocatícios esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, pois não restou configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte para que seja possível a alteração da verba sucumbencial.

5. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.084.655/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EXAME DE CLÁUSULAS DO CONVÊNIO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A revisão percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ, salvo para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo.

Superior Tribunal de Justiça

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.586.912/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 7/11/2016)

Prejudicada a análise da divergência jurisprudencial tendo em vista que a tese sustentada foi afastada no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

